

DIGA NÃO AO PLP 549/09
CONGELA SALÁRIOS E PRECARIZA SERVIÇOS PÚBLICOS

SRH e Condsef seguem negociando soluções para pendências de setores da base da entidade

Continuam na Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento negociações e debates para buscar soluções de problemas que afetam diversos setores da base da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal). Nesta terça-feira, 4, a reunião, que contou com a presença do secretário Duvanier Ferreira, tratou temas ligados a servidores do Dnocs, AGU, SPU, Funasa, cedidos do SUS, ex-Roquete Pinto, docentes de Fernando de Noronha. Outros assuntos tratados foram questões voltadas para a criação de uma gratificação de qualificação (GQ) para PGPE, CPST e outros setores que não recebem o benefício. Insalubridade e periculosidade também fizeram parte da discussão.

Sobre o tema, o governo fez uma apresentação onde informou e justificou mudanças na forma de pagamento quando se configura insalubridade e periculosidade no trabalho do servidor. O valor passará a ser pago de forma nominal. Após análise detalhada do que o governo apresentou, uma contraproposta deve ser apresentada pela Condsef.

GQ – A respeito da criação de uma gratificação de qualificação para PGPE, CPST e setores que não recebem o benefício, a SRH informou que há uma decisão do governo de estudar uma proposta e apresentá-la à Condsef. A entidade já apresentou uma proposta a Duvanier. O secretário se comprometeu

a analisar o conteúdo e responder a Condsef na próxima reunião que tratar do tema.

AGU e SPU – A Condsef solicitou agenda de reuniões para negociar reivindicações dos servidores da AGU e SPU. Os administrativos da AGU tiveram reunião confirmada na SRH no dia 7 de maio, às 15h. Já os servidores da SPU, que estão em pleno processo de mobilização, terão que seguir esperando. A SRH disse que vai encaminhar um documento à Condsef declarando a intenção do governo em retomar as negociações. O documento será entregue ao comando nacional de mobilização dos servidores do SPU.

Dnocs – Está em curso a discussão sobre a reabertura do prazo de opção para servidores do Dnocs. A SRH informou que o governo deve procurar o relator do projeto de lei (PL) 5.920/09, deputado Virgílio Guimarães, no sentido de garantir que a emenda apresentada, que resolve a situação desses servidores, seja anexada ao PL.

Gacen/Gecen – A Condsef continua aguardando resposta sobre a proposta que apresentou ao governo solicitando equalização dos valores da Gacen e Gecen - gratificações concedidas a servidores da Funasa - no mesmo patamar do reajuste concedido à indenização de campo. A Condsef propôs também um reajuste anual para essas gratificações tendo como base o INPC. De acordo com a SRH a proposta continua sendo analisada pelo governo. Ainda ligado à Funasa, a Condsef cobrou retorno sobre o pagamento da gratificação

em 80 pontos a servidores cedidos do SUS, lotados na fundação. Segundo a SRH há acordo do governo sobre o pagamento desses valores. Orientações devem ser dadas no sentido de garantir que esses servidores passem a receber 80 pontos de gratificação.

Ex-Roquete Pinto, PL 248 e docentes Fernando de Noronha – Também entre os temas tratados na reunião com a SRH, foi novamente cobrada a redistribuição dos servidores da ex-Roquete Pinto para o Ministério da Cultura e vinculadas. O governo deve encaminhar a Iolita Guedes, responsável por este processo, a lista das pessoas já entrevistadas e que estão apenas aguardando publicação de Portarias para solução do caso.

A Condsef também cobrou documento que explicita a opinião do governo a respeito do projeto de lei (PL) 248, que trata da perda de cargo público por insuficiência de desempenho. A SRH informou que o referido documento será enviado nos próximos dias à direção da Condsef.

Já o problema que excluiu servidores docentes de Fernando de Noronha de plano de carreira do setor pode está perto de ser resolvido. Segundo a SRH um projeto de lei (PL) será encaminhado incluindo esses trabalhadores em sua referida carreira.

Continue acompanhando nosso site. Todas as informações sobre os processos de negociação em curso seguirão sendo divulgadas.

Fonte: Condsef

Limite de gastos poderá entrar na pauta do Trabalho na próxima semana

Despesas estáveis, congelamento de salário, crescimento vegetativo da folha, a matéria se choca com outros projetos que tratam de reajuste salarial e ainda limitação das obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas dos Poderes são os argumentos do relator, Luiz Carlos Busato (PTB/RS), para rejeitar a proposição

Com parecer contrário pronto para votação, o PLP 549/09, do Senado, que congela por 10 anos o salário do servidor poderá ser apreciado pela Comissão de Trabalho na próxima quarta-feira (12).

No parecer, o relator, deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS) elenca seis aspectos para rejeitar o projeto aprovado no Senado.

Primeiro mostra que "a relação percentual entre a despesa líquida com pessoal consolidada da União e a receita corrente líquida federal tem se mantido estável por toda década", com variação mínima de 31,88%, em 2002, para 31,33%, em 2009. Portanto, bem inferiores ao referencial de 50% estabelecido como limite máximo para essa categoria de despesa da União.

Em segundo, argumenta Busato, "de forma paradoxal, é fixado um novo limite, mais rigoroso, para as despesas com pessoal e encargos sociais da União, que tem atendido com sobras os limites já

existentes no âmbito da LRF".

Em terceiro lugar, o limite proposto "praticamente congelará nos próximos dez anos a remuneração dos servidores e dificultará".

E acrescenta que uma vez que "o limite previsto será, primeiramente, absorvido pelo crescimento vegetativo da folha de pagamentos de cada Poder e órgão referido no artigo 20 da LRF, em prejuízo de toda a sociedade brasileira, que anseia por instituições públicas organizadas e eficientes no cumprimento de sua missão".

Em quarto, o projeto colide com outras proposições em tramitação na Câmara que tratam de realinhamentos salariais de carreiras que a matéria em questão quer congelar, argumenta Busato.

Em quinto, "a proposição pretende excluir do limite da União as despesas com pessoal e encargos sociais do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública do Distrito Federal, bem como as despesas com a organização e manutenção das polícias civil e militar e corpo de bombeiros do Distrito Federal, órgãos organizados e mantidos pela União - na estrutura federal, não na distrital - por força do artigo 21, incisos XIII e XIV, da Constituição, estabelecendo tratamento desigual e injusto entre

órgãos congêneres, cujas despesas são custeadas pela mesma Administração".

Por fim, conclui o relator, "a idéia de limitar as obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas dos Poderes e órgãos referidos no artigo 20 da LRF, a 25% do limite percentual estabelecido para as respectivas despesas com pessoal e encargos sociais, é medida que não se mostra coerente ou eficiente para os fins visados na sua justificação".

Fonte: Agência Diap



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ELEIÇÕES DE DELEGADOS
SINDICAIS DE BASE
TRIÊNIO 2010/2013

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP-MA, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os servidores filiados, em condições de votar e ser votado, para as eleições dos Delegados Sindicais de Base, conforme Calendário Eleitoral aprovado pela Executiva da Diretoria.

Os Delegados Sindicais de Base serão eleitos, pelo voto direto e

secreto, conforme preceitua o Estatuto do Sindicato, artigos 46 e 47 e respectivos parágrafos, obedecendo as regras gerais do Regimento Eleitoral que regeu a eleição da Diretoria para o triênio 2010/2013, na proporção de um (1) para cada cinquenta (50) filiados em cada Órgão (local de trabalho) e mais um (1) na sobra superior a cinquenta por cento (50%). Os locais de trabalho que não preencherem este requisito serão agrupados com outros órgãos afins, para atingirem esta proporção. Ficando, desde já, aberto o prazo de dez (10) dias para a inscrição de candidatos, nos seguintes endereços:

em São Luis, na sede do sindicato, à Avenida Newton Bello, 524 - Monte Castelo e nas Secretarias Regionais, em suas respectivas Sedes, das 09:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:00h. Cópia do Estatuto, do Regimento Eleitoral e do Calendário Eleitoral podem ser obtidas na sede do SINDSEP-MA e/ou nas Secretarias bem como na página institucional www.sindsep.org.br.

São Luís(MA), 28 de abril de 2010

Angela Maria Silva Souza Melo
Presidenta